

A parte brasileira da Tríplice Fronteira e o aspecto normativo da repressão policial (1942-1945)

Micael A. Silva*

RESUMO

Após o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942), os alemães, italianos e japoneses (súditos das nações do Eixo) foram considerados como inimigos em solo brasileiro. Na parte brasileira da Tríplice Fronteira, algumas famílias de alemães e italianos foram atingidas por medidas que as afastaram de suas residências. Estas medidas foram executadas pela Delegacia Regional de Polícia, por meio de sua atribuição política e social. Portanto, compreender o movimento de retirada dos súditos do Eixo, exige a compreensão de como o aparato policial foi preparado, mesmo antes da guerra, para o tratamento aos indesejáveis. Neste sentido, apresentamos a seguir um ensaio com o objetivo de analisar o funcionamento normativo do aparato policial no estado do Paraná, a partir de fontes coletadas nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, arquivados no Arquivo Público do Estado.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira, Estado Novo, Polícia Política.

Área: História

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá e Professor dos Cursos de Pedagogia e História da Faculdade União das Américas - UNIAMÉRICA.

INTRODUÇÃO

As cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina), formam um espaço peculiar no âmbito da América do Sul, chamado de Tríplice Fronteira. Alguns elementos podem ser utilizados para explicar a singularidade atual daquele espaço, entretanto, neste artigo nos limitaremos a tratar determinada especificidade que remonta ao período do Estado Novo (1937 – 1945).

Durante o período da ditadura de Getúlio Vargas (Estado Novo), o mundo foi sacudido pela Segunda Guerra Mundial. Embora distante do teatro das operações, em determinado momento o continente americano em geral, e o Brasil em particular, foram levados ao conflito. Se no plano externo os militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foram à luta, no plano interno a polícia civil “política” por meio de seus agentes também foi à luta contra quaisquer atitudes que pudessem representar perigo aos Aliados ou, no mínimo, simpatia aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A polícia política de Getúlio Vargas foi moldada desde o início dos anos 1930, quando o presidente, em janeiro de 1933 assinou o Decreto 22.332. Tal decreto colocou o aparato policial sob a “superintendência” do ministro da Justiça e Negócios Interiores, e a inspeção “suprema” do presidente da República a quem cabia nomear o Chefe de Polícia. Para Elisabeth Cancelli, este decreto deu continuidade a um conjunto de decisões com a finalidade de tornar a polícia o braço executivo do regime (CANCELLI, 1999, p. 311).

Esta dinâmica permitiu que o governo Vargas mantivesse centralização no quesito segurança pública: o Interventor nos estados era escolhido pelo Presidente; Chefe de Polícia, Secretário do Interior e Justiça dos estados e Prefeitos dos municípios eram escolhidos pelo Interventor; e os Delegados, nomeados pelo Secretário do Interior e Justiça.

Na prática, esta estrutura permitiu que a polícia civil do interior, em 1942, pudesse aplicar as decisões presidenciais sempre imediatamente após serem tomadas. Considerando o contexto apresentado, faremos uma análise tendo em vista os documentos que normatizaram as ações da polícia paranaense em geral, e a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu em particular, com relação aos súditos do Eixo.

A análise que apresentamos neste artigo é parte de nossa pesquisa de mestrado, na qual analisamos especificamente a ação da polícia na retirada aos súditos do Eixo da parte brasileira da Tríplice Fronteira (SILVA, 2010). Destacamos que até o momento não há pesquisas publicadas cujo objeto de estudo seja a polícia paranaense durante o Estado Novo. Neste sentido, apresentamos a seguir um ensaio sobre o funcionamento normativo do aparato policial no estado do Paraná, a partir de fontes coletadas nos

documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, arquivados no Arquivo Público do Estado.

No Paraná, identificamos três momentos mais significativos para a repressão policial aos súditos do Eixo. O primeiro foi após o rompimento das relações diplomáticas e comerciais (janeiro de 1942); o segundo, após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo (agosto de 1942); e o terceiro, quando a guerra já estava decidida.

Em cada um destes momentos localizamos documentos arquivados pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) que, do ponto de vista “legal”, orientavam as práticas policiais no “combate” e vigilância no estado, que por extensão atingiam a parte brasileira da Tríplice Fronteira. A seguir, apresentamos uma análise destes documentos.

1. PRIMEIRO MOMENTO: JANEIRO DE 1942

Aos países americanos que romperam com o Eixo, por acatarem a recomendação da Ata Final da III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos (01/1942), recomendou-se tomar algumas precauções quanto ao combate às atividades subversivas em andamento feitas pelos súditos das potências do Eixo na América do Sul, já que poderiam oferecer risco à segurança americana.

Considerando, entre outros tópicos, que “se están cometiendo también en este continente actos de agresión de carácter no militar, tales como el espionaje sistemático, el sabotaje y la propaganda subversiva, inspirados y dirigidos por miembros del Pacto Tripartito” e países a associados, os chanceleres americanos resolveram:

[...] Recomendar los Gobiernos de las Repúblicas Americanas mantengan y amplíen su sistema de vigilancia para evitar que actividades subversivas de individuos o grupos de individuos nacionales de países extracontinentales; [...] que los Gobiernos de las Repúblicas americanas controlen, en sus respectivas jurisdicciones nacionales, la existencia de asociaciones dirigidas o sostenidas por elementos de Estados extracontinentales que están o pueden estar en guerra con países americanos, cuyas actividades sean nocivas a la seguridad americana (DOCUMENTOS SOBRE... 1942)

Além desta resolução, um memorando acompanhou o relatório para a regulamentação das atividades subversivas, tratando dos seguintes temas: controle dos estrangeiros perigosos; evitar o abuso de naturalização; regular o trânsito através das fronteiras nacionais e evitar atos de agressão política.

Após fazer uma análise pormenorizada do memorando, encontramos as principais orientações que seriam seguidas pelas Delegacias de Ordem Política e Social. O item que recomenda

controlar os estrangeiros perigosos começa por: tratar da necessidade de exigir registro de todos os estrangeiros, que compareçam periodicamente ante as autoridades, e que seja exercida uma *"estricta supervisión sobre las actividades y conducta de todos los nacionales de estados miembros del Pacto Tripartito y de los estados a ellos subordinados"*. Esta recomendação ficou materializada no documento chamado Salvo Conduto, expedido pela DOPS aos súditos do Eixo que quisessem se locomover de um local para outro.

Também se recomendou que fossem detidos os súditos da Alemanha, Itália e Japão, caso representassem perigo para o país. Esta recomendação, combinada com a Constituição de 1937, possibilitou dentro do Estado de normativas que se afastassem pessoas de suas residências em áreas de fronteira ou litoral.

As recomendações visavam impedir que alemães, italianos e japoneses fizessem uso de armas, aviões, rádios, instrumentos bélicos, de propaganda, espionagem ou sabotagem. Deveria ser proibido, ainda, que se reunissem em organizações, como associações, clubes, ou qualquer outra entidade.

Por fim, o documento afirma que nem todos estrangeiros deveriam ser considerados perigosos. Os que não representassem perigo ao país e à América deveriam ser tratados de forma diferente, e até defendidos. Esta ressalva nem sempre ocorreu na prática, conforme têm indicado as pesquisas e estudos sobre o período, com destaque, entre outros autores, para Athaides (2007), Kimura (2006), Fáveri (2004) e Cytrynowicz (2000).

Outro item que merece destaque para nossa análise é o que recomenda regular o trânsito através das fronteiras. A entrada e saída de *"todas las personas de las cuales de tengan razones fundadas y bastantes para creer que se dedican a actividades políticas como agentes de estados miembros del Pacto Tripartito o de los Estados a ellos subordinados"* deveria ser regulamentada e controlada rigorosamente.

Podemos concluir que as diretrizes para o trabalho da polícia foram reforçadas pelas recomendações da Conferência do Rio de Janeiro. A análise destas recomendações nos permite comparar com o que foi posto em prática: o salvo conduto, o cerceamento das liberdades e afastamento de pessoas das regiões consideradas primordiais à segurança nacional.

É preciso ressaltar que a ação repressiva no Brasil ocorreu principalmente após o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com o Eixo. É preciso reconhecer, contudo, que naquela data não foi preciso criar uma polícia e treiná-la, para que investigasse a suspeita, concluísse inquérito e encaminhasse à justiça. Já havia um aparato policial que combatia indesejáveis políticos, subversivos de cunho comunista. Mudou-se o critério de indesejáveis comunistas para indesejáveis "eixistas".

Após a recomendação da Conferência do Rio de Janeiro,

as primeiras medidas de orientação às Delegacias Estaduais foram encaminhadas. No caso do Paraná, já em 20 de dezembro de 1941, portanto antes mesmo do fim da Conferência, encontramos a Portaria Reservada nº 519-A, que foi encaminhada à DOPS pelo Chefe de Polícia. Após considerações sobre o quadro internacional, política pan-americanista e ataque aos Estados Unidos, determinou-se aos funcionários da Polícia Civil que:

- a) envidem todos os esforços no sentido de ser mantida em absoluta ordem e tranqüilidade a população do Estado em face aos acontecimentos que se desenrolam no mundo;
- b) concorram para evitar quaisquer manifestações contrárias aos Estados Unidos da América do Norte e à política seguida pelo governo brasileiro, que consulta os mais altos interesses do país, intervindo também contra toda manifestação de desagravo capaz de perturbar a ordem e tranqüilidade públicas;
- c) se abstenham de comentar as presentes instruções, que são de caráter reservado, advertindo ainda que o cumprimento delas deve ser rigoroso, sob as mais severas penas;
- d) aos Chefes de Serviço: determina que não sejam concedidas férias ao funcionalismo policial [...];
- e) à Delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda-se a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japoneses, alemães e italianos, devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta chefia as providencias aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que possam praticar tais súditos estrangeiros. (a) Fausto Bittencourt (PORTARIA RESERVADA n. 519-A, 1941).

Com relação à orientação da Chefia de Polícia do Rio de Janeiro para as chefias estaduais, as pesquisas de Hilton no *Foreign Relations of the United States* (Arquivo das Relações Exteriores dos Estados Unidos) apontaram para uma primeira medida contra os súditos do Eixo, que teria sido tomada no dia 29 de janeiro de 1942. O então Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, baixou um regulamento que proibia o movimento de tais elementos ["súditos"] de um local para outro sem licença especial e anulava seu direito de possuir armas, munições ou explosivos (HILTON, 1983, p. 222)

A exposição de Hilton não fornece detalhes sobre o documento da polícia do Rio de Janeiro. No Arquivo Público do Paraná, encontramos as orientações que foram encaminhadas para todos os estados e serviram de base para a edição destas normas, por meio de portarias ou editais.

No dia 27 de janeiro de 1942, o Interventor do Paraná recebeu um telegrama secreto do Ministério da Justiça com

o seguinte assunto: “tenho a honra de comunicar V. Ex.^a que o Governo deliberou romper relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália” (TELEGRAMA SECRETO S/N, 1942). O telegrama foi dividido em nove partes, das quais destacamos alguns trechos a seguir.

A primeira parte do telegrama apela para os “sentimentos de nacionalidade” do interventor e do povo paranaense, bem como para a pessoa do presidente da república, “um guia seguro, dotado de inteligência excepcionalmente aguda”. “Sabendo sempre este chefe da nação o que fazer, o rompimento com o Eixo faz parte de seu perfeito conhecimento da realidade”.

A segunda parte chamava a atenção para o fato de o país estar em estado de emergência, e a observância do artigo 168 da Constituição. A terceira parte informava que seriam retiradas as representações diplomáticas do Japão, Alemanha e Itália, e alguns cuidados que deveriam ser observados na saída dos diplomatas e demais ligados aos consulados.

4a. PARTE – Recomendo desde já um policiamento rigoroso dos meios de transporte, usinas de força e luz, portos, embarcações, locais de passagem nas fronteiras, estabelecimentos bancários e detenção de quaisquer indivíduos, estrangeiros ou brasileiros, que sejam suspeitos de pretender, por qualquer forma, prejudicar o funcionamento daquelas utilidades ou frustrar o controle exercido pelo Governo.

5a. PARTE – Solicito prosseguir no cumprimento das instruções transmitidas em meu telegrama relativo às sociedades estrangeiras, acrescentando que as sociedades de súditos estrangeiros das potências com as quais o Brasil romper relações e ainda, quando registradas ou tendo requerido registro, devem ser postas sob controle direto do Governo, de acordo com o referido telegrama. (TELEGRAMA SECRETO S/N, 1942)

6a. PARTE – Os estrangeiros nacionais das potências com as quais o Brasil romper relações devem **comunicar à autoridade policial a sua residência**, dentro de quinze dias da publicação de um **edital, que para esse fim, será baixado por ordem de V. Ex.^a, no dia da ruptura**. (grifo nosso)

Destas três últimas partes que citamos, destacamos os meios de transporte, sociedades estrangeiras e a necessidade de os súditos comunicarem residência à polícia. Tudo isto - e mais as recomendações abaixo - deveria ser publicado em documento específico, no dia do rompimento do Brasil com o Eixo.

A lista de recomendações que exigiam ações da polícia era, portanto, longa. Ainda segundo o documento, se julgasse

conveniente, o Interventor poderia acrescentar as exigências que quisesse. Todas as medidas deveriam ser adotadas a partir do rompimento do Brasil com o Eixo, fato que seria do conhecimento dos Interventores, Secretários do Interior e Justiça, Chefes de Polícia e Delegados, através de “meios de comunicação usual” (Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP).

Recebido o telegrama, no dia seguinte o Secretário do Interior e Justiça do Paraná, Fernando Flores, encaminhou ao Chefe de Polícia, Fausto Bitencourt, uma comunicação interna e secreta, sobre as medidas a serem tomadas. Orientou o seguinte:

As medidas constantes na “4ª Parte” devem ser postas em imediata execução, e algumas delas, já em execução, devem sê-lo, a partir desta data, com mais rigor e atenção.

A medida constante da 6ª Parte fica dependendo, para sua execução, de edital próprio que será baixado pelo Exmo. Senhor Interventor, quando oportuno.

As medidas recomendadas na 7ª Parte, 8ª parte e item I da 9ª parte serão executadas pelas autoridades policiais, mediante instruções baixadas em Portaria dessa Chefia, tão logo seja dada publicidade do rompimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e as potências em referência anterior (OFÍCIO S/N SECRETO, 1942).

Esta comunicação, ao que tudo indica, ocorreu pela manhã e, mais tarde, após o discurso de Oswaldo Aranha, foi assinada a Portaria nº 30 (28 de fevereiro de 1942) e assinada pelo Chefe de Polícia. O documento estava de acordo tanto com as recomendações aos países que romperam com o Eixo quanto com aquelas enviadas por telegrama pelo Ministro da Justiça. “A partir desta data, cabe à Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e às Delegacias e Sub-Delegacias do Interior do Estado fazer observar rigorosamente todas as medidas”. As proibições estipuladas pela portaria foram:

- Mudar de residência, sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e, quando nas localidades do Interior, à autoridade policial local, devendo ser feita, dentro de quinze dias, a comunicação das residências atuais;
- Portar consigo ou em veículo, ou manter em domicílio qualquer espécie de armas, devendo os detentores de armas registradas na Delegacia de Ordem Política e Social ou nas Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia do Interior entregá-las, com os respectivos atestados de registro, nessas Repartições, dentro do prazo de quinze dias a contar desta data;
- Exercerem o comércio ou transporte de armas, munições, materiais explosivos ou que possam ser utilizados na

fabricação de explosivos, - devendo ser entregues à Polícia, dentro de quinze dias, as licenças que lhes tenham sido fornecidas para aqueles fins;

- Viajar de uma localidade para outra sem estar munido de salvo-conduto, que deverá ser expedido, nesta Capital pela Delegacia de Ordem Política e Social, e, no interior, pela autoridade policial respectiva, mediante exibição de documento de identidade e apresentação de duas fotografias medindo 3 x 4 cm, e estampilhas de Rs. 2\$000 (estadual) e Rs... \$200 (educação e saúde);

- Reunirem-se, ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.);

- Viajar por via aérea, sem licença especial da Polícia, obtida na forma da alínea D;

II – Proíbe-se em caráter geral:

- o uso de idioma daquelas três nações nas conversações em lugar público (rua, cafés, casas de diversões, etc.);

- a distribuição de quaisquer escritos nos idiomas acima referidos;

- cantar ou tocar os hinos daquelas nações estrangeiras;

- fazer saudações peculiares aos partidos políticos dos três países retro aludidos;

- a exibição, em lugar acessível ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas nações (PORTARIA n. 30, 1942)

A partir de então, no Estado do Paraná estava instituído o parâmetro “legal” de repressão e vigilância aos indesejados. Qualquer inobservância de uma ou mais das proibições colocaria os súditos sob suspeita, investigação, ou até mesmo aprisionados.

De janeiro até agosto de 1942, foram estas normativas que “legalizaram” a repressão, na capital, pela DOPS e, no interior, pelas Delegacias Regionais. Somente após agosto, em virtude da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, que houve modificações nas normativas.

2. SEGUNDO MOMENTO: AGOSTO DE 1942

No dia 22 de agosto, o Brasil decretou estado de beligerância, e o decreto que inseriu o país na guerra foi sancionado no dia 31. Após a segunda quinzena do mês, houve modificações na forma de agir contra os súditos do Eixo.

No mesmo dia 22, Manoel Ribas recebeu o Telegrama G-941, urgente e secreto, do Ministério da Justiça, trazendo recomendações do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente, que havia se reunido em Montevideú. As recomendações eram: 1) exercer maior vigilância a fim de evitar que

os súditos do Eixo tivessem acesso a abastecimento de combustíveis, alimentos, munições, etc.; 2) encaminhar para o interior os súditos residentes nas zonas costeiras, e exercer fiscalização constante sobre aquelas pessoas; 3) exercer severa fiscalização sobre embarcações marítimas; 4) destaca a necessidade de comunicação e cooperação entre funcionários da imigração, polícia e "outros serviços da mesma índole"; e 5) incentiva a quem tiver contato com súdito denunciar qualquer atividade suspeita (TELEGRAMA SECRETO G-941, 1942).

No dia 28 de agosto, o Secretário do Interior e Justiça enviou um ofício secreto ao Delegado de Ordem Política e Social. Na prática, acrescentava elementos repressivos, ao mesmo tempo em que se pedia aumento da vigilância aos súditos do Eixo em todo o Paraná.

Os elementos de nacionalidade alemã, italiana e súditos das outras potências do Eixo, ainda que naturalizados no Brasil ou em outro país, não podem sair do território nacional, a menos que aqui se encontrem em caráter temporário e voltem diretamente a países amigos onde tenham domicílio permanente e assim mesmo caso não se julgue que a presença nas vizinhanças do Brasil venha tornar-se perigosa. Tais pessoas não podem, também, sob qualquer pretexto, entrar no Brasil, a menos que sejam portadoras de licenças de retorno válidas e regularmente expedidas por autoridades brasileiras e se achem em países amigos.

Alemães e italianos, ainda que naturalizados no Brasil ou em outro país, não podem ter embarcações nem aviões, nem aparelhos transmissores de rádio.

O mesmo impedimento deve ser estendido às casas de famílias onde existam pessoas daquelas nacionalidades. [...]

O procedimento adotado quanto aos alemães e italianos deverá ser estendido aos súditos de outros países que venham a ser declarados beligerantes em relação ao Brasil (OFÍCIO SECRETO n. 665, 1942).

Este documento foi escrito com base no TELEGRAMA CONFIDENCIAL GS-1089, de 09 de julho de 1942, do Ministro da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, para o Interventor Manuel Ribas. Ao final do telegrama, mais uma vez percebemos que cada estado da federação tinha algumas liberdades quanto às ações. No caso do Paraná, além das medidas acima citadas e também constantes no telegrama, cabia ao Interventor, "fixar norma conveniente à seleção dos elementos que não apresentem perigo para o país".

A novidade explícita agora, em virtude do estado de guerra e do desmantelamento de redes de espionagem no Brasil, era controle rígido na entrada e saída do país, bem como a posse de rádios. Cinco dias depois do Ofício 665, o Secretário do Interior e Justiça baixou a PORTARIA n. 65 (1942). Segundo o documento, os

súditos do Eixo tinham 10 dias para entregar seus rádios à polícia. Os rádios deveriam ficar nas Delegacias Regionais, no caso do interior, e na DOPS, na capital.

A Portaria 65 apenas havia “legalizado” a apreensão de rádios, bem como definia quem cuidaria dos aparelhos e o que deveria ser feito com eles. Antes disso, já estavam ocorrendo apreensões e devoluções destes aparelhos no estado, pelo menos é o que indica um documento do arquivo da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Segundo o Ofício 182, do Delegado Regional, “tendo esta Delegacia, mediante solicitação do Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social, em ofício de 24 de agosto findo, apreendido cinco receptores, de acordo com a minha comunicação em radiograma de 5 corrente [...]” (OFÍCIO n. 182, 1942 grifo nosso).

Após esta “agitação” da pós-declaração de guerra, encontramos outro documento normativo em novembro. Tratava-se da Portaria 147, do Secretário do Interior e Justiça, orientando, entre outras coisas, o seguinte:

I – Os súditos da Alemanha, Itália, Japão, Áustria, Hungria, Romênia, Bulgária e Eslováquia, residentes neste Estado, não poderão viajar, a não ser com salvo-conduto fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social;

III - Somente em casos de especialíssimos, quanto de interesse, principalmente, do Estado ou do País, serão fornecidos salvo-condutos a súditos do “eixo”, observando a Delegacia de Ordem Política e Social as ordens existentes;

V – Cumpre às autoridades policiais apreenderem todas as carteiras comuns de identidade fornecidas a estrangeiros pelos diferentes Institutos de Identificação, uma vez que os estrangeiros só podem provar a identidade civil pela carteira modelo 19, adotada a partir de 1938. (PORTARIA n. 147, 1942).

Em 10 de fevereiro de 1943, foram baixadas as PORTARIAS Nº 50 E Nº 59, instruindo os policiais do interior, informando-lhes que a carteira de modelo 19 deveria ser solicitada apenas aos residentes na Capital. Já os súditos residentes no interior, precisavam apenas se registrar na delegacia policial. Este esclarecimento ocorreu em virtude de que muitas delegacias do interior estavam fazendo a exigência “desnecessária”, e provavelmente congestionando o trabalho da DOPS, em Curitiba.

Durante o ano de 1943, os documentos que encontramos arquivados foram apenas as duas portarias já citadas do mês de fevereiro, e um telegrama do Ministro da Justiça em dezembro solicitando o recolhimento de máquinas fotográficas dos navios e barcos que passassem por Paranaguá e por Foz do Iguaçu. Não havia ordem para a polícia apreender máquinas fotográficas, tal qual ocorreu com os aparelhos de rádio. A orientação era para que

os comandantes das embarcações reservassem estes equipamentos no próprio barco e os devolvessem aos seus respectivos donos, assim que saíssem de águas brasileiras. Isso não quer dizer que a DOPS não tenha feito apreensões desta natureza.

Após dezembro de 1943, não encontramos nenhuma portaria, telegrama ou outro documento que indicasse alguma norma para repressão a atividades de súditos do Eixo. Devemos considerar, também, que neste momento a guerra já estava mais favorável aos Aliados e a espionagem na América do Sul estava sob controle. Além disso, muitos alemães, italianos e japoneses já estavam presos ou afastados de "zonas de perigo" e provavelmente não havia mais rádios, máquinas fotográficas e livros em alemão para se apreender. As próximas portarias normativas que encontramos datam de novembro de 1944, e não tinham mais o objetivo de "reprimir", senão que de "abrandar" as imposições aos súditos do Eixo.

3. TERCEIRO MOMENTO: ABRANDAMENTO

A Itália se rendeu aos aliados em 08 de setembro de 1943. Exatamente um ano mais tarde, o Secretário do Interior e Justiça do Paraná recebeu ordens do Ministro da Justiça para que abrandasse a repressão aos súditos italianos. Em sua Portaria 273, Fernando Flores informa ao Delegado de Ordem Política e Social que:

I – Ficam suspensos, a partir desta data, com relação aos súditos italianos, os efeitos da portaria n. 147, de 12 de novembro de 1942 desta Secretaria.

II – Os estrangeiros de nacionalidade italiana terão livre trânsito no Estado, desde que estejam munidos da carteira de identidade modelo 19, ou do certificado do registro de estrangeiro cuja exibição lhes será exigida pelas autoridades competentes.

III – Ficam, igualmente, suspensas, com referência aos mesmos súditos, as medidas de caráter especial concernentes ao andamento dos processos de naturalização e as que dizem respeito à entrada e saída no território nacional destes estrangeiros (PORTARIA n. 273, 1944)

No dia 14 de setembro, o Delegado da DOPS, Pinheiro Junior, encaminhou às delegacias o Ofício Circular 1623, informando e passando as seguintes instruções aos delegados:

Em obediência à Portaria nº 273 do Exmo. Sr. Cap. Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, levo ao conhecimento de Sua Senhoria terem sido suspensas as restrições impostas aos súditos italianos pela Portaria nº 147, de 12 de novembro de 1942.

Assim, os estrangeiros dessa nacionalidade terão livre trânsito no Estado, desde que estejam munidos da carteira de identidade modelo 19 ou certificado de registro de estrangeiro, cuja exibição lhes será exigida pelas autoridades competentes.

Comunico-lhes, outrossim, que lhes poderão ser devolvidos, mediante auto de entrega em duas vias, os aparelhos de radio e armas devidamente registradas que tiverem sido entregues a esta Delegacia em obediência a determinações anteriores (OFÍCIO CIRCULAR n. 1023, 1944).

Assim, os italianos foram os primeiros súditos do Eixo a receber tratamento diferenciado no Paraná. Em 18 de abril de 1945, foi “concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde julho de 1934”, pelo Decreto-Lei 7474. Os alemães, italianos e japoneses também foram beneficiados pelo Decreto-Lei, entretanto, somente em outubro de 1945 é que foram revogadas as portarias que normatizaram a repressão no Paraná. O Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública,

Considerando que, com o término daquele conflito, desapareceram os motivos que determinaram aquelas providências de caráter excepcional, resolve REVOGAR as restrições previstas pelas portarias ns. 30, de 28/1/1942; 65, de /9/1942; 147, de 12/11/1942 e 31, de 2/2/1945, baixadas por esta Secretaria, incumbindo a Delegacia de Ordem Política e Social de tornar efetivas as determinações da presente resolução (PORTARIA n. 381, 1945).

Este era, grosso modo, o panorama normativo que orientou a repressão aos súditos do Eixo, pela Delegacia de Ordem Política e Social e pelas delegacias do interior, no estado do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando este estado de normativas, a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, em conjunto com a DOPS, manteve os alemães e italianos sob vigilância. Assim, a ação da polícia se materializou no sentido de evitar que pudesse se concretizar a possibilidade de os súditos do Eixo utilizarem a fronteira para a realização de atividades pró-Eixo.

Para manter vigilância no oeste do estado, a polícia civil atuou através de duas delegacias: a Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Na prática, a DOPS enviava as coordenadas para que a Delegacia Regional atuasse no oeste do Paraná que, em caso de acusações, iniciava o processo para a DOPS concluir.

Entre as ações com base nas normativas de vigilância às

delegacias do interior, a Delegacia de Foz do Iguaçu, no ano de 1942, teve como alvos iniciais os padres alemães e associações estrangeiras. Entretanto, a maior das ações de vigilância e repressão que envolveu a delegacia, e que atingiu diretamente centenas de pessoas naturais da Itália e da Alemanha, foi a retirada dos súditos do Eixo da fronteira. Este movimento de afastamento das pessoas de suas residências na Tríplice Fronteira teve como "base legal" as portarias e documentos normativos da polícia paranaense, descritos nas páginas anteriores.

Presente na memória das famílias, o afastamento das pessoas pela polícia não é lembrado como marco histórico da parte brasileira da Tríplice Fronteira. Para os velhos, a lembrança os incomodou até a morte. Para os que eram crianças e adolescentes na época, o que foi visto como uma brincadeira se tornou algo dolorido daqueles tempos de guerra. De modo geral, a retirada dos súditos do Eixo, bem como toda a vigilância de ordem política e social, só ocorreu em função dos acontecimentos mundiais e da organização do aparato policial do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

ATHAIDES, Rafael. ***Zu studienzwecken in Paraná: A Ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)***. Maringá, 2007. 195 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan.2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.766 – de 01 de outubro de 1942 – Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2010.

CANCELLI, Elisabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, D. L. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Edfgv, 1999.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial: EDUSP, 2000.

FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano**

e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950)**. Maringá, 2006. 187 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá.

OFÍCIO CIRCULAR n. 1023. 14/11/1944. Pront. 0760, Top: 86. "Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS - Chefatura Antiga (diversos)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

OFÍCIO n. 182. 08/09/1942. Pront. 499b, Top: 55. "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

OFÍCIO SECRETO n. 665. 28/08/1942. Pront. 1344a, Top: 159. "Ministério da Justiça", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

PORTARIA n. 147. 12/11/1942. Pront. 0958, Top: 117. "Expedientes recebidos diversos", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

PORTARIA n. 273. 07/11/1944. Pront. 1747, Top: 209. "Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

PORTARIA n. 381. 03/10/1945. Pront. 1747, Top: 209. "Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

PORTARIA n. 65. 04/09/1942. Pront. 1747, Top: 209. "Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

PORTARIAS n. 50 e n. 59. 10/02/1942. Pront. 1747, Top: 209. "Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

SILVA, Micael Alvino. **Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira (1942-1943)**. Maringá, 2010. 222 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá.

TELEGRAMA CONFIDENCIAL GS-1089. 09/07/1942. Pront. 1344a, Top: 159. "Ministério da Justiça", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.